

Nós temos na história dos nossos dias dois casos ou dois períodos de uma política confessada ou deliberada e intencional de pacificação ou de acalmação, como então se dizia: um em monarquia, outro em república, e, por desagradável coincidência, ambos também da responsabilidade de almirantes da nossa gloriosa marinha de guerra. O primeiro seguiu-se ao assassinato do Rei D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe e foi conduzido por Ferreira do Amaral na chefia do Governo; o segundo seguiu-se ao assassinato de Sidónio Pais e por ele respondeu o Presidente Canto e Castro.

O duplo assassinio do Terreiro do Paço fez terminar tragicamente a primeira tentativa autoritária da Europa contemporânea, a tímida ditadura de João Franco. Não se podia duvidar nem da inteligência, nem da inteireza, nem da honestidade administrativa desse homem e dos seus colaboradores. Tão-pouco se pode hoje pôr em dúvida o patriotismo, as elevadas intenções, a clara e larga visão do Monarca. A exacerbação das paixões em que os republicanos não tiveram de exceder-se aos monárquicos dos partidos não justifica nada, mas explica tudo — explica sobretudo a subversão dos critérios morais, que por onde os povos começam a afundar-se na degradação. E resolveu-se acalmar as forças políticas e subversivas sobreexcitadas, com medidas de clemência e de esquecimento.

O princípio monárquico pretendeu então contemporizar em incríveis tolerâncias ideológicas e práticas. E o Conde de Arnoso, considerado importuno a reclamar justiça nos Pares, ficou como o símbolo da fidelidade ao Rei e do protesto inútil da consciência moral do País.

De degrau em degrau, pacificando, acalmando, até ao ponto de deixar glorificar os regicidas, a monarquia descia como possibilidade de reacção salutar e de governação eficiente. As lutas políticas, os conluios partidários, a desagregação dos elementos de ordem completaram o descrédito das instituições. E à sombra da mesma pacificação que pretendia salvar a monarquia proclamou-se a república. — Anoto, não crítico.